



**PAD 235-02**



# **REGULAMENTO DE MESSES DO EXÉRCITO**

**JANEIRO de 2022**



Página intencionalmente em branco



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**EXÉRCITO PORTUGUÊS**

**DESPACHO**

1. Aprovo, para utilização no Exército, a PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército
2. A PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército é uma publicação não classificada e não registada.
3. Podem ser feitos extratos desta publicação sem autorização da entidade promulgadora.
4. A PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército entra em vigor a partir da data da sua aprovação e revoga o anterior Regulamento de Messes do Exército aprovado em 21 de dezembro de 2017.

Lisboa, ~~21~~ de ~~Janeiro~~ de 2022

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

**JOSÉ NUNES DA FONSECA**  
**GENERAL**

Página intencionalmente em branco

NÃO CLASSIFICADO

## REGISTO DE ALTERAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO (N.º e DATA)	DATA DA INTRODUÇÃO	ENTRADA EM VIGOR (DATA)	IDENTIFICAÇÃO DE QUEM INTRODUZIU (Ass., Posto, Unidade)

V

NÃO CLASSIFICADO

Página intencionalmente em branco

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO .....</b>	<b>1-1</b>
101. Messes do Exército.....	1-1
102. Graus de autoridade .....	1-1
103. Gerente da Messe .....	1-2
104. Classificação das Messes do Exército .....	1-2
105. Caracterização dos serviços .....	1-3
<b>CAPÍTULO 2 – MISSÃO .....</b>	<b>2-1</b>
201. Finalidade .....	2-1
202. Entidades protocoladas .....	2-1
<b>CAPÍTULO 3 – UTENTES DAS MESSES DO EXÉRCITO .....</b>	<b>3-1</b>
301. Utentes .....	3-1
302. Convidados.....	3-1
303. Admissão de crianças.....	3-1
304. Classificação dos utentes por duração da estadia .....	3-1
<b>CAPÍTULO 4 – GESTÃO E FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>4-1</b>
<b>SECÇÃO I – GESTÃO DAS ME.....</b>	<b>4-1</b>
401. Gestão administrativa .....	4-1
402. Gestão de pessoal .....	4-1
403. Gestão da alimentação .....	4-1
404. Gestão financeira, orçamental e patrimonial .....	4-1
405. Relatórios .....	4-1
<b>SECÇÃO II – FUNCIONAMENTO DAS ME .....</b>	<b>4-2</b>
406. Alojamento e alimentação.....	4-2
407. Outros serviços.....	4-2
408. Prioridades de utilização das ME .....	4-2
409. Restrições de acesso.....	4-3
410. Reservas, Admissões e Inscrições .....	4-4
411. Ausência prolongada .....	4-4
412. Conduta incorreta .....	4-5
413. Sistema de elogios, sugestões e reclamações.....	4-5
414. Eventos.....	4-6
415. Pagamentos.....	4-6

<b>CAPÍTULO 5 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....</b>	<b>5-1</b>
501. Responsável pelo Tratamento .....	5-1
502. Recolha e Tratamento de Dados Pessoais dos Utentes .....	5-1
503. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais, Fundamento Jurídico e Prazo de Conservação .....	5-2
504. Partilha de Dados .....	5-3
505. Direitos dos Titulares dos Dados .....	5-3
<b>CAPÍTULO 6 – SEGURANÇA MILITAR .....</b>	<b>6-1</b>
601. Medidas de Consolidação da Segurança Militar no Exército nas ME .....	6-1
602. Controlo de acessos .....	6-1
603. Externalização dos serviços de vigilância .....	6-1
604. Comunicações e Sistemas de Informação .....	6-1
605. Intrusão .....	6-2
606. Alteração dos Estados de Alerta .....	6-2
<b>CAPÍTULO 7 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E PROTEÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>7-1</b>
701. Segurança e Saúde no Trabalho (SST) .....	7-1
702. Proteção Ambiental .....	7-2
<b>CAPÍTULO 8 – DIVERSOS .....</b>	<b>8-1</b>
801. Tabelas de preços .....	8-1
802. Seguro de responsabilidade civil .....	8-1
803. Normas gerais e específicas .....	8-1
804. Situações não previstas .....	8-1
<b>ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>A-1</b>



## NOTA PRÉVIA

As Messes do Exército (ME) tiveram as suas origens na Manutenção Militar, enquanto Estabelecimento Fabril do Exército, com o objetivo de apoiar, em alojamento e alimentação, os militares deslocados e a respetiva família militar. Decorrente do processo de integração da Manutenção Militar na MM – Gestão Partilhada, E.P.E., em 2015, e posterior extinção da referida entidade em 2017, o Gabinete do Comandante da Logística passou a deter a atribuição de assegurar e coordenar o funcionamento e gestão das Messes Militares do Exército.

O Regulamento de ME tem por finalidade estabelecer as normas de acesso, gestão e funcionamento, adequando-o ao novo Conceito de ME, que se caracteriza por ser um modelo de gestão com a autoridade técnica e funcional centralizada e a autoridade hierárquica descentralizada, por uma tipificação das Messes em duas tipologias e pela universalidade de utilização por todas as categorias de militares do Exército.

A PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército está estruturada em oito capítulos. Os capítulos um e dois caracterizam as ME, a sua organização e missão atribuída. Os capítulos três e quatro definem, respetivamente, as normas de acesso pelos utentes e a gestão e funcionamento das ME. O capítulo cinco e seguintes abordam aspetos genéricos relacionados com a proteção de dados pessoais, segurança militar e segurança e saúde no trabalho e proteção ambiental.

A presente publicação revoga o Regulamento de ME atualmente em vigor, aprovado em 21 de dezembro de 2017, e constitui um documento de referência obrigatória para todos os Comandantes, Diretores e Chefes com autoridade hierárquica sobre uma ME. Deste modo, o presente Regulamento aplica-se a todas as ME e fornece as instruções necessárias sobre a sua utilização, em termos de estrutura funcional e hierárquica, acessos, prioridades e respetivas normas de utilização, assegurando o alinhamento com o novo Conceito aprovado, assente na uniformização de procedimentos, na desburocratização dos processos e na universalização das categorias de utentes.

O CHEFE DA DIVISÃO DE DOCTRINA, NORMALIZAÇÃO  
E LIÇÕES APRENDIDAS



AQUILINO JOSÉ ANTÓNIO TORRADO  
COR TIR ADMIL

Página intencionalmente em branco

## CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

### 101. Messes do Exército

As Messes do Exército (ME) são estruturas, implantadas em prédios militares, destinadas a prestar apoio em alojamento e alimentação, e eventualmente outros serviços, aos militares do Exército e respetivo agregado familiar, assim como, quando a sua capacidade excedentária o permita, ao pessoal civil a prestar serviço no Exército. No âmbito das suas capacidades, podem ainda ser considerados regimes de protocolo e reciprocidade com outras entidades, visando a sua utilização.

### 102. Graus de autoridade<sup>1</sup>

- a. As ME estão na dependência hierárquica das Unidades de Apoio (UnAp) do Estado-Maior do Exército (EME), do Comando do Pessoal (CmdPess) e do Comando da Logística (CmdLog). Assim, a autoridade hierárquica é exercida da seguinte forma:
  - (1) A Messe de Lisboa na dependência hierárquica da UnAp/EME;
  - (2) As Messes do Porto e de Évora na dependência hierárquica da UnAp/CmdPess;
  - (3) As Messes de Caxias e do Algarve na dependência hierárquica da UnAp/CmdLog.
- b. Às UnAp competem as seguintes responsabilidades:
  - (1) Assegurar o funcionamento das Messes de acordo com as normas, regulamentos e procedimentos relativos à gestão das ME;
  - (2) Garantir o apoio financeiro e administrativo-logístico em bens e serviços, recursos humanos, comunicações e sistemas de informação às ME sob a sua responsabilidade;
  - (3) Aprovar as normas específicas de cada ME;
  - (4) Garantir a implementação e manutenção das medidas no âmbito da segurança militar;
  - (5) Promover as medidas necessárias à segurança e saúde no trabalho e à proteção ambiental.
- c. A autoridade funcional e técnica é exercida pelo Tenente-General Quartel-Mestre-General (TGen QMG), através do Gabinete do Comandante da Logística (GabCmdtLog), cabendo-lhe as seguintes responsabilidades:
  - (1) No âmbito funcional:
    - (a) Estudar, propor, coordenar e emitir pareceres sobre as ME;
    - (b) Aprovar as normas gerais das ME;

---

<sup>1</sup> Em conformidade com o Despacho N.º 156/CEME/2015.

PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército

- (c) Submeter à aprovação superior e gerir os protocolos celebrados pelo Exército para utilização das ME;
  - (d) Aprovar e difundir os preçários das ME;
  - (e) Planear e coordenar as ações de comunicação interna e externa, para divulgação das ME;
  - (f) Avaliar a satisfação dos utentes;
  - (g) Propor e coordenar campanhas e promoções que visem aumentar a ocupação das ME;
  - (h) Propor, anualmente, um Plano de Investimento das ME.
- (2) No âmbito técnico:
- (a) Estabelecer e difundir as normas e demais documentação enquadrante, de natureza especializada, que vise a uniformização de procedimentos e dos serviços prestados;
  - (b) Executar visitas de apoio técnico às ME, no âmbito das suas competências.

**103. Gerente da Messe**

- a. As ME são geridas, preferencialmente, por Oficiais do Serviço de Administração Militar, no ativo ou na reserva, sob a autoridade hierárquica dos Comandantes das UnAp respetivas e sob a autoridade funcional e técnica do TGen QMG.
- b. As atribuições dos Gerentes das ME, bem como do pessoal militar ou civil que ali presta serviço, são estabelecidas pelo CmdLog.

**104. Classificação das Messes do Exército**

- a. As ME, de acordo com a sua finalidade, compreendem duas tipologias:
  - (1) Tipo A – as destinadas a apoiar a mobilidade geográfica<sup>2</sup> dos militares do Exército, em serviço, e respetivo agregado familiar. Esta tipologia de Messes é uma extensão das UnAp, que no caso dos militares em serviço funciona como estrutura de Guarnição, complementando a oferta de alojamento e alimentação existente nas unidades, estabelecimentos e órgãos (U/E/O) e nas Casas do Estado e pode, ainda, na sua capacidade excedente, apoiar os restantes utentes, de acordo com o disposto no **§ 301.**;
  - (2) Tipo B – as destinadas à regeneração pós-missão dos militares do Exército e ao apoio aos militares do Exército, e respetivo agregado familiar, nos seus períodos

---

<sup>2</sup> Mobilidade geográfica traduz-se na modificação do local de prestação de serviço do militar, para fora da área da sua residência habitual.

de lazer. Esta tipologia de Messes pode, ainda, apoiar a mobilidade geográfica dos militares do Exército, em serviço, e respetivo agregado familiar, bem como dos restantes utentes, de acordo com o disposto no § 301..

- b. De acordo com a sua tipologia e capacidade, são definidas para cada uma das ME as condições de ocupação por militares do Exército e outros utentes.
- c. São ME do Tipo A:
  - (1) A Messe do Porto, constituída pelos Polos da Batalha e das Antas;
  - (2) A Messe de Lisboa, constituída pelos Polos de Santa Clara, São Vicente e Atena;
  - (3) A Messe de Caxias;
  - (4) A Messe de Évora;
  - (5) Outras Messes a definir por despacho de Sua Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).
- d. É ME do Tipo B:
  - A Messe do Algarve, constituída pelos Polos de Lagos e Tavira.

#### **105. Caracterização dos serviços**

As ME oferecem serviços e comodidades tendencialmente equivalentes ao estabelecimento hoteleiro da categoria de 3 estrelas, nomeadamente nos serviços de alojamento, cafetaria, limpeza, segurança das instalações e receção.

Página intencionalmente em branco

## **CAPÍTULO 2 – MISSÃO**

### **201. Finalidade**

As ME são instalações militares que têm por finalidade:

- a.** Apoiar em alojamento, alimentação e, eventualmente, outros serviços, os militares do Exército, e respetivo agregado familiar;
- b.** Apoiar em alimentação os militares do Exército que prestam serviço em estabelecimentos ou órgãos que não disponham de serviço de alimentação;
- c.** Apoiar em alojamento e alimentação o pessoal civil a prestar serviço no Exército, e respetivo agregado familiar.

### **202. Entidades protocoladas**

- a.** As ME podem ser, igualmente, utilizadas por outras entidades, nacionais e estrangeiras, e respetivo agregado familiar, de acordo com as condições de acesso estabelecidas nos protocolos aprovados pelo Comando do Exército.
- b.** A tabela de preços a aplicar às entidades protocoladas é estabelecida por despacho do TGen QMG.

Página intencionalmente em branco



## CAPÍTULO 3 – UTENTES DAS MESSES DO EXÉRCITO

### 301. Utentes

Têm acesso às ME, de acordo com as condições de acesso definidas neste Regulamento, os seguintes utentes:

- a. Militares do Exército e respetivo agregado familiar;
- b. Pessoal civil a prestar serviço no Exército e respetivo agregado familiar;
- c. Convidados dos militares do Exército;
- d. Outras entidades protocoladas;
- e. Outros devidamente autorizados pelo Comando do Exército.

### 302. Convidados

As ME podem ser frequentadas por militares ou civis que não prestam serviço no Exército, a convite de militares do Exército, desde que acompanhados por estes, os quais são responsáveis pela idoneidade e conduta dos seus convidados.

### 303. Admissão de crianças

As crianças de idade inferior a 10 anos apenas podem utilizar as ME e zonas das mesmas, de acordo com as normas gerais e específicas, sob vigilância e responsabilidade dos pais, tutores ou de outro adulto da família.

### 304. Classificação dos utentes por duração da estadia

- a. Os utentes das ME são classificados de acordo com as seguintes situações:
  - (1) Utentes de longa duração;
  - (2) Utentes de curta duração;
  - (3) Comensais.
- b. São considerados **utentes de longa duração** os militares do Exército em mobilidade geográfica por motivo de serviço e os estudantes, enquanto se mantiver a condição de acesso inicial e cuja estadia na ME seja superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Para efeitos do presente Regulamento entende-se por estudantes os dependentes<sup>3</sup> dos militares do Exército que se encontrem a frequentar um estabelecimento de ensino, fora da sua área de residência, e com a estadia limitada ao período escolar de cada ano.
- c. São considerados **utentes de curta duração** aqueles cuja estadia numa ME seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias e não possam ser considerados utentes de longa duração,

---

<sup>3</sup> Nos termos do definido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército

conforme disposto nas alíneas anteriores. Está condicionada a sua permanência, após renovação autorizada, a cada 30 (trinta) dias pelo Gerente da Messe.

- d. São considerados **comensais**, aqueles a quem apenas é fornecida alimentação.

## **CAPÍTULO 4 – GESTÃO E FUNCIONAMENTO**

### **SECÇÃO I – GESTÃO DAS ME**

#### **401. Gestão administrativa**

A gestão administrativa centralizada das ME é assegurada através de uma solução tecnológica, que permita automatizar processos administrativo-logísticos das Messes e efetuar a gestão de alojamentos, serviços, recursos e informações dos utentes, assegurando o disposto no Capítulo 5 do presente regulamento.

#### **402. Gestão de pessoal**

- a. Os processos respeitantes a recursos humanos das ME são conduzidos através da UnAp respetiva e de acordo com os normativos estabelecidos pelo CmdPess.
- b. Os trabalhadores civis das ME devem pertencer, prioritariamente, ao Mapa de Pessoal Civil do Exército e, na sua falta, serem substituídos por militares.

#### **403. Gestão da alimentação**

- a. A gestão da alimentação é realizada de acordo com o estabelecido no Plano de Ementas do Exército e em função do contrato de alimentação em vigor, para efeitos de fornecimento de alimentação nas U/E/O do Exército.
- b. Nas ME com capacidade de confeção, pode existir uma ementa de pratos extraordinários, de confeção no momento, para complementar o serviço de alimentação, aprovada pelo TGen QMG.

#### **404. Gestão financeira, orçamental e patrimonial**

- a. Os processos financeiros e orçamentais das ME são da responsabilidade da UnAp respetiva, que cumpre com os normativos estabelecidos pela Direção de Finanças (DFin).
- b. A faturação é uma responsabilidade de cada ME, sendo efetuada através do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIG-DN).
- c. A gestão e registo patrimonial é assegurado pela UnAp apoiante através do SIG-DN.

#### **405. Relatórios**

As ME elaboram, mensalmente, um Relatório a ser enviado ao CmdLog, discriminando os seguintes assuntos:

- a. Ponto de situação dos alojamentos e respetivas taxas de ocupação;
- b. Aspetos relevantes com o fornecimento da alimentação;
- c. Reclamações e elogios;

PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército

- d. Investimentos efetuados;
- e. Factos relevantes;
- f. Relação dos projetos em curso, previstos ou a propor.

**SECÇÃO II – FUNCIONAMENTO DAS ME**

**406. Alojamento e alimentação**

- a. A tipologia de alojamento disponível pode compreender quartos, apartamentos, *bungalows* e alvéolos do parque de campismo.
- b. Podem ser apresentados pacotes promocionais com condições de alojamento, alimentação, atividades e preços distintos, com a aprovação do TGen QMG.
- c. A alimentação pode compreender pequeno-almoço, almoço e jantar, de acordo com o Plano de Ementas do Exército.
- d. O serviço de alimentação deve obedecer ao seguinte:
  - (1) Não pode ser exigida aos utentes a obrigatoriedade de qualquer regime alimentar;
  - (2) Podem ser apresentadas aos utentes, para a sua aceitação voluntária, modalidades de alojamento que incluam os serviços de meia pensão ou pensão completa durante a sua estadia.
- e. Para a ME do tipo B, nos meses de junho a setembro, o fim antecipado da estadia deve ser transmitido até às 10 (dez) horas do dia anterior ao da saída.
- f. O referido no número anterior poderá obrigar ao pagamento da estadia completa.

**407. Outros serviços**

As ME podem oferecer outros serviços como salas de convívio, serviços de telecomunicações de uso geral (acesso à *internet*, televisão, etc.), estacionamento, lavandaria e engomadoria, instalações de lazer e desportivas, dependendo das infraestruturas específicas de cada Messe.

**408. Prioridades de utilização das ME**

- a. Sem prejuízo do disposto no § 301., a utilização das ME processa-se de acordo com as seguintes prioridades:
  - (1) Tipo A
    - (a) Militares do Exército em mobilidade geográfica por motivo de serviço, cuja U/E/O de colocação não possua capacidade de alojamento;
    - (b) Militares do Exército e respetivo agregado familiar nas restantes situações;

- (c) Dependentes de militares do Exército, que se encontrem a frequentar um estabelecimento de ensino, fora da sua área de residência habitual;
- (d) Viúvas ou viúvos de militares do Exército e respetivo agregado familiar;
- (e) Pessoal civil a prestar serviço no Exército e respetivo agregado familiar;
- (f) Convidados dos militares do Exército;
- (g) Outras entidades protocoladas ou utentes autorizados pelo Comando do Exército.

(2) Tipo B

- (a) As prioridades nos meses de junho a setembro são estabelecidas, anualmente, por despacho do TGen QMG e difundidas até 31 de dezembro do ano anterior.

- (b) Prioridades nos meses de outubro a maio:

1. Militares do Exército em regeneração após missões operacionais;
2. Militares do Exército em mobilidade geográfica por motivo de serviço, cuja U/E/O de colocação não possua capacidade de alojamento;
3. Militares do Exército e respetivo agregado familiar nas restantes situações;
4. Pessoal civil a prestar serviço no Exército e respetivo agregado familiar;
5. Convidados dos militares do Exército;
6. Outras entidades protocoladas ou utentes autorizados pelo Comando do Exército.

- b. As situações inerentes às prioridades de utilização das ME são comprovadas, obrigatoriamente, através da apresentação de documentação justificativa, a definir pelo CmdLog.
- c. Os alunos da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército consideram-se, respetivamente, equiparados aos Oficiais ou Sargentos dos Quadros Permanentes, para efeitos de utilização das ME.

**409. Restrições de acesso**

- a. O Comando do Exército pode determinar a proibição da frequência das ME, de acordo com o disposto no **§ 413.**, aos utentes que adotem uma conduta incorreta.
- b. Aos utentes com pagamentos em atraso, nos termos do disposto no **§ 416.**, pode ser vedada a frequência das ME.

**410. Reservas, Admissões e Inscrições**

- a. As reservas para os utentes de longa duração são feitas, preferencialmente, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de admissão prevista.
- b. A reserva de alojamento e a sua não ocupação, sem comunicar a desistência até 48 horas de antecedência, implica o pagamento de 50% do período reservado, salvaguardando-se as situações devidamente justificadas, de serviço ou saúde. Esta justificação deve ser endereçada, por escrito, à respetiva Messe até 5 (cinco) dias após o início da estadia.
- c. A admissão de militares nas ME efetua-se mediante a identificação, através do Bilhete de Identidade Militar; do respetivo agregado familiar mediante o cartão da Assistência na Doença aos Militares, ou cartão da família militar<sup>4</sup>; e os convidados mediante a apresentação do cartão de cidadão, ou documento de identificação equivalente.
- d. A admissão de utentes das entidades protocoladas é efetuada mediante a apresentação do respetivo documento de identificação e para os estrangeiros, ainda, pelo comprovativo de reserva emitido pelo GabCmdtLog.
- e. Os estudantes que pretendam instalar-se, ou que estejam instalados, nas ME, fazem a sua inscrição para o ano letivo seguinte até ao dia 30 de setembro de cada ano, integrando uma lista de admissão de estudantes seriada nos termos do disposto na alínea seguinte. As inscrições entregues após a data referida, integram, por ordem de chegada, o último lugar da lista de admissão de estudantes.
- f. No caso das inscrições efetuadas no período definido, a que se refere a alínea anterior, excederem as vagas, a prioridade é a seguinte:
  - (1) Menor rendimento per capita do agregado familiar, oficialmente reconhecido;
  - (2) Maior afastamento da residência dos pais em relação à localização da ME;
- g. Em caso de necessidade, e por mútuo acordo, podem ser instalados no mesmo quarto outros estudantes do mesmo sexo.
- h. A admissão de um estudante como utente não concede o direito de admissão a convidado.

**411. Ausência prolongada**

- a. Após seis meses de ocupação ininterrupta da ME, os militares em mobilidade geográfica por motivos de serviço beneficiam, durante os 15 (quinze) dias seguintes,

---

<sup>4</sup> Emitido pela Direção de Administração de Recursos Humanos, do CmdPess, através do site: <https://apoiosocial.exercito.pt/familia-militar/cartao-da-familia-militar/>.

de um desconto de 100 % relativamente à tarifa do alojamento, de modo a compensar os períodos de férias e ausências em serviço.

- b. A ausência da ME por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, sem justificação, implica a reavaliação da continuidade da estadia.
- c. O referido no ponto anterior não se aplica ao Parque de Campismo da Messe do Algarve.

#### **412. Conduta incorreta**

- a. Os utentes das ME devem respeitar as instruções do presente Regulamento e as normas gerais e específicas de cada Messe, as indicações da respetiva Gerência e manter um comportamento adequado durante a sua permanência.
- b. No caso de conduta incorreta de utentes militares, inclusive quando possam traduzir-se em infrações disciplinares, ou de utentes civis, o Gerente participa ao seu Comandante da Unidade, dando conhecimento ao GabCmdtLog, com vista à obtenção de despacho que determine a saída imediata do(s) infrator(es), independentemente de qualquer outra diligência a efetuar.
- c. De acordo com a gravidade dos atos praticados, o Comando do Exército poderá determinar a proibição do infrator voltar a frequentar as ME, para além de qualquer outro procedimento adequado às circunstâncias.

#### **413. Sistema de elogios, sugestões e reclamações**

- a. As receções possuem um sistema de elogios, sugestões e reclamações, conforme legislação em vigor.
- b. O Gerente comunica, oportunamente, ao Comandante da Unidade as reclamações registadas e as medidas que a esse respeito tiver adotado, inclusive a resposta enviada ao utente, quando aplicável.
- c. A resposta ao utente a que se refere a alínea anterior deve ser enviada num prazo de até 15 (quinze) dias.
- d. As reclamações e as correspondentes medidas de ação são comunicadas pelo Comandante da Unidade, através da Cadeia de Comando, ao Gabinete do CEME, dando conhecimento ao GabCmdtLog, para uma avaliação global das ME e apoio às mesmas.

PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército

**414. Eventos**

- a. Desde que autorizado pelo Comandante da Unidade, podem realizar-se eventos de cariz militar ou civil, incorrendo as despesas inerentes por conta das entidades que as solicitem e organizem.
- b. Os eventos de cariz militar prevalecem sobre os de índole civil.

**415. Pagamentos**

- a. As despesas são pagas pelos utentes após a apresentação da respetiva conta.
- b. Até ao 5.º dia do mês seguinte, é entregue aos utentes o documento para pagamento das suas contas mensais.
- c. Os utentes alojados por um período inferior a 30 (trinta) dias pagam as suas contas até ao dia de *check-out*.
- d. Aos utentes com pagamentos em atraso pode não ser permitida a frequência de qualquer das Messes sem que, antecipadamente, regularizem a situação.
- e. Considera-se que o pagamento está em atraso quando ultrapasse em 30 (trinta) dias da data de emissão da fatura.
- f. O Comandante da Unidade comunica ao escalão superior, dando conhecimento ao GabCmdtLog e à DFin, a existência de pagamentos em atraso, para que o Comando do Exército obtenha a cobrança pelas vias adequadas.



## CAPÍTULO 5 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### 501. Responsável pelo Tratamento

- a. O Exército Português, pessoa coletiva n.º 600021610, com sede no EME, Rua do Museu de Artilharia, em Lisboa, é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais, promovendo, nessa qualidade, a confidencialidade, a integridade e a privacidade dos mesmos, assegurando a sua proteção.
- b. O Encarregado de Proteção de Dados (EPD) do Exército, nomeado nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, pode ser contactado, por escrito, através dos seguintes endereços:
  - (1) Encarregado de Proteção de Dados  
Morada: Palácio Vilalva, Largo S. Sebastião da Pedreira | 1069-020 Lisboa  
Telefone: 213 567 701
  - (2) Por *e-mail*: [epd@exercito.pt](mailto:epd@exercito.pt).

### 502. Recolha e Tratamento de Dados Pessoais dos Utentes

- a. O Exército Português, através das ME, poderá solicitar dados pessoais aos utentes, procedendo de forma direta nesse sentido, presencialmente, por telefone ou *e-mail*.
- b. Os dados pessoais obtidos e que serão objeto de rigoroso tratamento de acordo com o preceituado no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), inserem-se nas seguintes categorias:
  - (1) Dados de Identificação, referidos na alínea c. do **§ 410.** e Número de Identificação Fiscal (NIF);
  - (2) Dados de contacto, tais como, morada, endereço de *e-mail*, contactos de telefone e telemóvel;
  - (3) Pontualmente, podem ser recolhidos dados pessoais com vista à satisfação de necessidades específicas expressamente requeridas pelos utentes ou seus representantes legais, nomeadamente, dados sobre restrições alimentares, condições médicas próprias e identificação de n.º de matrícula do veículo (identificador indireto);
  - (4) Imagens de videovigilância para garantir a proteção de pessoas e bens;
  - (5) Registo automático de controlo de acessos.

**503. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais, Fundamento Jurídico e Prazo de Conservação**

- a. O Exército Português trata os dados pessoais dos titulares dos dados por diversos motivos, ao abrigo das leis de proteção de dados aplicáveis na União Europeia e em Portugal.
- b. O Exército Português trata os dados pessoais dos titulares dos dados para as seguintes finalidades e com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

<b>Categorias de Dados</b>	<b>Finalidades</b>	<b>Fundamento Jurídico</b>
Dados de Identificação.	Cumprimento de contrato celebrado entre o Exército Português e os utentes, nomeadamente o contrato de alojamento, fornecimento de alimentação, cedência e utilização de espaços.	Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;  Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Exército Português está sujeito.
Dados de contacto e outros mencionados nos pontos (2) e (3) da alínea b. do § 502..	Cumprimento de contrato celebrado entre o Exército Português e os utentes, nomeadamente o contrato de alojamento, fornecimento de alimentação, cedência e utilização de espaços.  Inquéritos de satisfação e divulgação de eventos.	Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;  Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Exército Português está sujeito;  Consentimento expresso e inequívoco do titular dos dados.
Imagens de videovigilância	Garantir a proteção de pessoas e bens.	Interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento dos dados.
Registo automático de controlo de acessos.	Controlo de acessos/proteção de pessoas e bens.	Interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento dos dados.

- c. Os dados pessoais dos titulares dos dados são conservados ao longo da duração da relação contratualmente estabelecida com o Exército Português, através das ME, e até 10 (dez) anos desde o fim dessa relação.
- d. As gravações de imagem obtidas por sistema de videovigilância são conservadas, pelo prazo legalmente previsto, findo o qual as imagens serão eliminadas, sem prejuízo da conservação por prazo superior por ordem judicial.

#### **504. Partilha de Dados**

A disponibilização livre, específica e informada dos dados pessoais pelos respetivos titulares, ou representantes legais, implica o conhecimento e aceitação das condições descritas, considerando-se que, pelo facto de utilizar os canais disponíveis e pelo facto de disponibilizar os seus dados pessoais, autorizam expressamente o seu tratamento, de acordo com as regras definidas e instrumentos de recolha aplicáveis.

#### **505. Direitos dos Titulares dos Dados**

O Exército Português garante o exercício dos direitos em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável. Qualquer pedido de exercício de direitos de proteção de dados e privacidade deve ser dirigido, por escrito, pelo respetivo titular ou representante legal para o EPD, de acordo com o contacto mencionado no **§ 501.** do presente Capítulo.

Página intencionalmente em branco

## CAPÍTULO 6 – SEGURANÇA MILITAR

### 601. Medidas de Consolidação da Segurança Militar no Exército nas ME

- a. Os sistemas de videovigilância, atualmente instalados nas ME, podem transitoriamente continuar em funcionamento, até à sua substituição pelo Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância do Exército (SICAVE).
- b. O SICAVE apresenta as seguintes características:
  - (1) A visualização e gravação de imagens;
  - (2) Controlo de acessos para entrada nos locais de alojamentos;
  - (3) A impressão de cartões de acesso localmente;
  - (4) A gestão do sistema é efetuada na Secção de Operações, Informações e Segurança da UnAp respetiva;
  - (5) A UnAp tem acesso à visualização de imagens.
- c. Os sistemas automáticos de controlo de rondas, devem ser adquiridos e instalados com base nos requisitos implementados pelo Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército, coordenado pelo respetivo Elemento Coordenador de Segurança.
- d. A UnAp respetiva garante a abertura remota de portas por videoporteiro.

### 602. Controlo de acessos

- a. É atribuído aos utentes das ME, após a admissão, um cartão *Radio-Frequency Identification* (RFID) numerado, pessoal e intransmissível, para acesso à Messe através do controlo de acessos.
- b. O acesso dos utentes às ME por abertura remota de portas por videoporteiro é regulado pelo respetivo Gerente da Messe, em coordenação com a UnAp.

### 603. Externalização dos serviços de vigilância

A externalização dos serviços de vigilância é autorizada pelo Comandante da UnAp, quando tal se justifique e de acordo com os procedimentos legais em vigor e com o definido no Capítulo 5 do presente Regulamento.

### 604. Comunicações e Sistemas de Informação

- a. As ME estão ligadas à Rede de Dados do Exército (RDE) e cumprem as Normas de Autoridade Técnica definidas para esta área.
- b. O Administrador de Rede Local é nomeado pela UnAp e compete-lhe a implementação, na respetiva ME, da Política de Segurança definida superiormente pela Direção de Comunicações e Sistemas de Informação.

PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército

- c. Aos militares e trabalhadores civis que prestam serviço nas ME com acesso à RDE é autorizado o seguinte:
  - (1) O acesso à *Intranet* do Exército e aos serviços disponibilizados;
  - (2) A utilização da conta de correio eletrónico do domínio "exercito.pt" que lhe foi atribuída;
  - (3) O acesso à *Internet*, para fins oficiais.

**605. Intrusão**

Após a deteção de indícios de tentativa de intrusão ou intrusão, as ME adotam os seguintes procedimentos:

- a. Efetuar a guarda do local.
- b. Informar a Estrutura de Segurança e o Comando da UnAp.
- c. Comunicar à Polícia Judiciária Militar, nos termos previstos.
- d. Executar rondas a toda a área da ME e a todos os edifícios, com prioridade para os pontos críticos, com a finalidade de detetar a presença de intrusos e outros indícios de entrada não autorizada, ou eventuais furtos.

**606. Alteração dos Estados de Alerta**

Na alteração dos Estados de Alerta, os procedimentos a implementar nas ME estão contemplados nos Planos de Segurança das respetivas UnAp ou da Unidade responsável pela segurança do respetivo Prédio Militar e no Plano de Emprego de Forças para a Segurança Militar.

## **CAPÍTULO 7 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E PROTEÇÃO AMBIENTAL**

### **701. Segurança e Saúde no Trabalho (SST)**

- a.** No seu funcionamento cotidiano, as ME cumprem estritamente a legislação nacional de SST em vigor e as disposições normativas do Exército decorrentes, essencialmente, através de uma postura responsável e zelosa, que concede primazia à segurança e à integridade física dos utentes. Deste modo:
  - (1) O Plano de Evacuação das ME consta nos respetivos Planos de Emergência, encontrando-se, por norma, afixada em local visível no interior de cada alojamento, uma planta das instalações, com a indicação do percurso de saída de emergência;
  - (2) Atende também à existência de meios de deteção, alarme e extinção de incêndios, bem como de caixas de primeiros socorros, posicionados em locais criteriosamente assinalados;
  - (3) Obrigam-se, ainda, a assegurar a manutenção de valores adequados de temperatura e humidade do ar, assim como a ventilação natural dos espaços.
- b.** Paralelamente, é conferida especial atenção aos utentes com necessidades especiais, nomeadamente, às pessoas com mobilidade condicionada, mediante a concretização gradual de melhorias no campo da acessibilidade e/ou promovendo os apoios e as condições indispensáveis, de forma a propiciar-lhes o acesso e movimentação no interior das ME, de forma segura e confortável.
- c.** As ME privilegiam a formação contínua do seu pessoal, principalmente, no que tange à observância das medidas de SST instituídas e ao culto das boas práticas que proporcionem ao utente o usufruto, em segurança, das suas instalações e áreas comuns.
- d.** Os artigos e produtos de higiene disponibilizados pelas ME são homologados, comprovadamente inócuos e não atentatórios da saúde dos utentes.
- e.** No que respeita ao serviço de alimentação e, quando aplicável, as ME:
  - (1) Atendem às condições de salubridade do espaço, à sua decoração e às prescrições de segurança e defesa alimentar superiormente definidas, tendo por referência a PDE 4-23-00;
  - (2) Velam, em permanência, pelo respeito das normas e procedimentos padronizados, bem como pela correta utilização dos equipamentos, com destaque para o manuseamento, tratamento e descarte das sobras alimentares.

**702. Proteção Ambiental**

- a. As ME observam escrupulosamente a política ambiental nacional, demais legislação e regulamentação em vigor e os normativos dimanados do Exército, considerando os aspectos ambientais na sua gestão e funcionamento, por forma a contribuir para a proteção do ambiente e para um desenvolvimento sustentável.
- b. Assim, no domínio da sua atividade diária, mercê de uma forte consciencialização e de uma cuidada formação do seu pessoal, destacam-se os seguintes procedimentos, os quais têm vindo a ser recorrentemente aplicados, no seio das ME:
  - (1) Utilização exclusiva de lâmpadas de baixo consumo e sensores de iluminação, bem como a instalação de dispositivos redutores do caudal de água, onde aplicável, por razões de economia e de eficiência energética.
  - (2) A melhoria do processo de gestão dos resíduos, através da aplicação extensiva de critérios de redução, de reutilização e de reciclagem.
  - (3) A aquisição e implantação de equipamentos energeticamente certificados, assim como de consumíveis suscetíveis de serem reintroduzidos no circuito da economia circular, atentos os preceitos ligados à sustentabilidade ambiental.



## **CAPÍTULO 8 – DIVERSOS**

### **801. Tabelas de preços**

As tabelas de preços são estabelecidas, anualmente, por despacho do TGen QMG e difundidas até 31 de dezembro do ano anterior a que dizem respeito.

### **802. Seguro de responsabilidade civil**

Todas as ME possuem seguro de responsabilidade civil, conforme legislação em vigor.

### **803. Normas gerais e específicas**

- a. As normas gerais das ME são aprovadas pelo TGen QMG e difundidas até 30 (trinta) dias após a entrada em vigor do presente Regulamento.
- b. As normas específicas de cada Messe são aprovadas pelo Comandante da Unidade e difundidas até 60 (sessenta) dias após a entrada em vigor do presente Regulamento, integrando, entre outros aspetos, os serviços que prestam, os horários e as instruções de utilização, subsidiárias ao presente Regulamento.
- c. Em todos os alojamentos e receções está disponível uma cópia das normas gerais e específicas em vigor.
- d. As normas gerais e específicas são revistas e atualizadas bianualmente.

### **804. Situações não previstas**

Qualquer situação não prevista no presente Regulamento será analisada e alvo de determinação pelo TGen QMG.

Página intencionalmente em branco

**ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS****C**

CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CmdLog	Comando da Logística
CmdPess	Comando do Pessoal

**D**

DFin	Direção de Finanças
------	---------------------

**E**

EME	Estado-Maior do Exército
EPD	Encarregado de Proteção de Dados

**G**

GabCmdtLog	Gabinete do Comandante da Logística
------------	-------------------------------------

**M**

ME	Messes do Exército
----	--------------------

**N**

NIF	Número de Identificação Fiscal
-----	--------------------------------

**P**

PAD	Publicação Administrativa
PDE	Publicação Doutrinária do Exército

**R**

RDE	Rede de Dados do Exército
RFID	<i>Radio-Frequency Identification</i>

**S**

SICAVE	Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância do Exército
SIG-DN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
SOIS	Secção de Operações, Informações e Segurança
SST	Segurança e Saúde no Trabalho

PAD 235-02 Regulamento de Messes do Exército

**T**

TGen QMG    Tenente-General Quartel-Mestre-General

**U**

U/E/O        Unidade, Estabelecimento e Órgão

UnAp        Unidade de Apoio



---

[exercito.pt](http://exercito.pt)